

A INVISIBILIDADE LGBTQIAPN+ NO CURRÍCULO DA GEOGRAFIA ESCOLAR: UM ESTUDO DA ARTE EM REVISTAS CIENTÍFICAS

LGBTQIAPN+ INVISIBILITY IN THE SCHOOL GEOGRAPHY CURRICULUM: A STUDY OF THE ART IN SCIENTIFIC JOURNALS

Leandro dos Santos Oliveira¹

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Marcos Gomes de Sousa²

Universidade Federal do Piauí - UFPI

RESUMO

Objetivo geral realizar um estudo da arte sobre o debate LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia, com foco nas principais revistas geográficas brasileiras. De forma mais específica, se buscou: a) identificar as produções acadêmicas publicadas que abordam a temática LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia; b) analisar os direcionamentos temáticos e metodológicos presentes nesses estudos; e c) verificar se, e de que maneira, essas produções dialogam com os documentos oficiais da educação brasileira, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este trabalho adota como caminho metodológico um estudo da arte, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, sobre a presença do debate LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia. tem-se como resultados que a ausência de publicações não implica a inexistência de experiências ou práticas em sala de aula voltadas à diversidade sexual, mas sim uma falta de sistematização e valorização dessas iniciativas no meio acadêmico, foram encontrados apenas dois artigos sobre a temática central. Conclui-se, pesquisa contribua para ampliar o debate sobre o ensino de Geografia e a inclusão de temáticas LGBTQIAPN+ no currículo escolar de Geografia. Além disso, que incentive outros trabalhos a explorarem essa temática a partir de diferentes recortes, territórios e práticas, fomentando um campo ainda incipiente, mas absolutamente necessário.

Palavras-chave: Currículo; Geografia; LGBTQIAPN+; formação docente.

ABSTRACT

The general objective was to carry out a study of the art on the LGBTQIAPN+ debate in the Geography curriculum, focusing on the main Brazilian geographic journals. More specifically, we sought to: a) identify published academic productions that address the LGBTQIAPN+ theme in the Geography curriculum; b) analyse the thematic and methodological directions present in these studies; and c) verify whether and how these productions dialogue with official Brazilian education documents, such as the National Curriculum Parameters (PCNs) and the National Common Curriculum Base (BNCC). This work adopts the methodological approach of an art study, with a qualitative and descriptive approach, on the presence of the LGBTQIAPN+ debate in the Geography curriculum. The results show that the lack of publications does not imply that there are no experiences or practices in the classroom focused on sexual diversity, but rather

¹ Mestrando em Geografia, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bairro Ininga, Avenida universitária, Teresina-PI, Ininga, Teresina, Piauí, Brasil, CEP: 64049-550. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4522-875X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4143655626412250>. E-mail: leandro.dos@ufpi.edu.br.

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bairro Ininga, Avenida universitária, Teresina-PI, Ininga, Teresina, Piauí, Brasil, CEP: 64049-550. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7421-3768>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9390550340861456>. E-mail: marcossggomes77@gmail.com.

a lack of systematisation and appreciation of these initiatives in the academic environment, with only two articles found on the central theme. In conclusion, the research contributes to broadening the debate on geography teaching and the inclusion of LGBTQIAPN+ themes in the geography curriculum. In addition, it should encourage other works to explore this theme from different perspectives, territories and practices, fostering a field that is still in its infancy, but absolutely necessary.

Keywords: Curriculum; Geography; LGBTQIAPN+; teacher training.

RESUMEN

El objetivo general fue realizar un estudio del arte sobre el debate LGBTQIAPN+ en el currículo de Geografía, centrándonos en las principales revistas geográficas brasileñas. Más específicamente, se buscó: a) identificar las producciones académicas publicadas que abordan el tema LGBTQIAPN+ en el currículo de Geografía; b) analizar las orientaciones temáticas y metodológicas presentes en estos estudios; y c) verificar si y cómo estas producciones dialogan con los documentos oficiales de la educación brasileña, como los Parámetros Curriculares Nacionales (PCNs) y la Base Curricular Común Nacional (BNCC). Este trabajo adopta el abordaje metodológico de un estudio de arte, con enfoque cualitativo y descriptivo, sobre la presencia del debate LGBTQIAPN+ en el currículo de Geografía. Los resultados muestran que la falta de publicaciones no implica la inexistencia de experiencias o prácticas en el aula centradas en la diversidad sexual, sino una falta de sistematización y valorización de estas iniciativas en el medio académico, habiéndose encontrado apenas dos artículos sobre el tema central. En conclusión, la investigación contribuye para ampliar el debate sobre la enseñanza de la geografía y la inclusión de temas LGBTQIAPN+ en el currículo de geografía. Además, debe incentivar otros trabajos a explorar esta temática desde diferentes perspectivas, territorios y prácticas, fomentando un campo aún incipiente, pero absolutamente necesario.

Palabras claves: Currículo; Geografía; LGBTQIAPN+; formación del profesorado.

INTRODUÇÃO

O Brasil figura como o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Segundo o Dossiê Mortes e Violência contra LGBTQIAPN+ no Brasil, jovens integrantes da comunidade estão entre as principais vítimas (Vidica, 2023). Esses dados revelam não apenas a persistência de crimes de ódio motivados por orientação sexual e identidade de gênero, mas também a vulnerabilidade social vivida por essa população, especialmente por contextos marcado por desigualdades, discriminação e ausência de políticas públicas efetivas de proteção e inclusão.

Nessa pesquisa, utiliza-se a sigla LGBTQIAPN+, que compreende lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais pansexualidade e outras identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas, representadas pelo símbolo "+". A escolha por essa forma ampliada visa reconhecer a pluralidade de sujeitos que vivenciam experiências de exclusão, apagamento e violência nos contextos sociais e educacionais.

Embora a criminalização da LGBTQIAPN+fobia, em vigor desde 2019, represente um avanço jurídico importante, a violência simbólica e estrutural contra essa população ainda é reproduzida em diversos espaços sociais — inclusive nas escolas. Ambientes educacionais, que deveriam promover o respeito à diversidade, muitas vezes se tornam cenários de exclusão, *bullying*

e silenciamento, afetando o desempenho escolar, o bem-estar emocional e o direito à permanência e aprendizagem de estudantes LGBTQIAPN+.

A educação, nesse contexto, assume papel crucial tanto na perpetuação quanto na superação das desigualdades. Os espaços escolares, além de locais de aprendizagem, são também territórios de vivência e (in)visibilização das identidades. Segundo Louro (1997, p. 20), a escola é um lugar “[...] em que se ensina e se aprende mais do que conteúdos curriculares: ali se produzem, se autorizam e se excluem sujeitos, práticas e saberes”. Assim, as experiências de pessoas LGBTQIAPN+ nas instituições de ensino revelam tanto vivências afetivas quanto situações de discriminação, o que torna urgente refletir sobre como os currículos e disciplinas dialogam com as questões de gênero e sexualidade.

Diante disso, a pesquisa norteou-se a partir das indagações: a Geografia, enquanto disciplina escolar, tem dedicado atenção às problemáticas de gênero e sexualidade? Mais ainda, o que tem sido publicado nas principais revistas científicas da área sobre o currículo geográfico e as questões LGBTQIAPN+?

Segundo Cavalcanti (2012), a Geografia escolar deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes do espaço em que vivem, compreendendo-o como uma construção histórica, social e política. A autora também defende que o ensino de Geografia não deve se limitar à descrição do espaço, mas promover uma relação ética entre as pessoas, possibilitando abertura ao diálogo e valorização da diversidade.

Nesse sentido, a temática da sexualidade — longe de ser um “tema à parte” — se insere na proposta de uma Geografia voltada para a formação cidadã e a justiça social. Apesar disso, ainda são escassos os estudos que sistematizam como a temática LGBTQIAPN+ tem sido abordada no ensino de Geografia, em especial no que diz respeito às produções acadêmicas.

Este estudo se justifica, portanto, pela necessidade de compreender com que frequência, sob quais direcionamentos e de que forma esse debate aparece nas publicações na área Geografia. Também se busca observar, como as produções dialogam com documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhecem a importância da diversidade sexual e de gênero na formação dos estudantes.

A partir dessas questões e justificativas, este estudo tem como objetivo geral realizar um estudo da arte sobre o debate LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia, com foco nas principais revistas geográficas brasileiras. De forma mais específica, se buscou: a) identificar as produções acadêmicas publicadas que abordam a temática LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia; b) analisar os direcionamentos temáticos e metodológicos presentes nesses estudos; e

c) verificar se, e de que maneira, essas produções dialogam com os documentos oficiais da educação brasileira, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

METODOLOGIA

Este trabalho adota como caminho metodológico um estudo da arte, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, sobre a presença do debate LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia. Foram selecionadas as seguintes revistas científicas, com base na qualificação Qualis/CAPES e na relevância para o ensino de Geografia: Revista Brasileira de Educação em Geografia, Geosaberes, Signos Geográficos, Giramundo, PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, Revista Ensino de Geografia (Recife), Boletim Goiano de Geografia e Revista Geografia Ensino e Pesquisa (UFSM), permitindo maior análise de publicações acerca da temática desta pesquisa.

Foram utilizados os descritores como “LGBTQIAPN+ e ensino de Geografia”, “LGBT+ no currículo de Geografia”, “Geografia das Sexualidades”, além de outras variações como “LGBTQIA+” e “Geografia Queer” para as pesquisas. A coleta dos dados foi realizada por meio da análise de títulos, resumos e palavras-chave das publicações.

Como procedimentos técnicos, foi adotada a pesquisa bibliográfica e levantamento, conforme definidos por Prodanov e Freitas (2013) e Gil (2002), uma vez que o estudo se baseia exclusivamente em fontes secundárias. Além disso, foi observado se as produções analisadas fazem referência ou dialogam com os documentos normativos e orientadores da educação brasileira, como os PCNs e a BNCC, visando compreender a articulação entre teoria, política curricular e prática docente.

GEOGRAFIA DAS SEXUALIDADES: CORPOS, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS

As origens da Geografia das Sexualidades: feminismos e crítica aos essencialismos

A emergência da Geografia das Sexualidades está diretamente relacionada às transformações ocorridas no interior da própria Geografia, especialmente a partir da influência dos estudos feministas nas décadas de 1970 e 1980. Essa nova perspectiva rompe com a visão

neutra, objetiva e masculina da ciência geográfica tradicional, abrindo espaço para a consideração de temas como corpo, gênero, sexualidade e identidade na produção do espaço.

Segundo Silva (2009), precursora dos estudos sobre gênero e sexualidade na Geografia brasileira, essa discussão nasce da necessidade de problematizar os modos como os corpos dissidentes se relacionam com os territórios, evidenciando as violências e exclusões vivenciadas por sujeitos LGBTQIAPN+ nos diferentes contextos socioespaciais. A autora defende que o espaço não é neutro nem uniforme, mas um território atravessado por normas, valores e disputas simbólicas, que regulam a presença e a circulação dos corpos não hegemônicos.

No cenário internacional, autores como Valentine (1993), Bell e Valentine (1995), foram fundamentais na consolidação desse campo. Valentine (1993), destaca que a Geografia, historicamente, ignorou as experiências das pessoas LGBTQIAPN+ ao considerar o espaço como um dado universal, desconsiderando as dinâmicas de exclusão e resistência vividas por sujeitos queer. Para ela, compreender o espaço exige incluir a sexualidade como categoria analítica, uma vez que o espaço é socialmente produzido por normas de gênero e sexualidade.

Além disso, os aportes da filósofa Butler (1990; 2016), também exerce forte influência nesse campo, especialmente com o conceito de performatividade de gênero — segundo o qual o gênero não é algo que se “é”, mas algo que se “faz” reiteradamente por meio de práticas corporais e sociais. A introdução dessa perspectiva nas análises espaciais permitiu que a Geografia passasse a considerar as sexualidades não como categorias naturais, mas como construções políticas e culturais situadas.

No Brasil, autores como Moreira (2021) e Além (2023), ampliam essas discussões ao mostrarem como as geografias escolares e os currículos se mantêm marcadamente cisheteronormativos, silenciando as vivências de sujeitos LGBTQIAPN+. Esses autores denunciam que a ausência de uma abordagem crítica da sexualidade nas práticas escolares resulta na reprodução de exclusões e na negação de existências diversas, o que reforça a necessidade de tensionar tanto os espaços escolares quanto os currículos.

Dessa forma, a Geografia das Sexualidades surge como um campo de resistência epistemológica e política dentro da ciência geográfica, desafiando as narrativas hegemônicas que naturalizam as desigualdades de gênero e sexualidade. Sua proposta é construir uma leitura do espaço que incorpore os atravessamentos do corpo, do desejo e da identidade como dimensões legítimas da produção do espaço geográfico.

Autores e conceitos centrais nas Geografias das Sexualidades

A consolidação da Geografia das Sexualidades como campo de pesquisa crítica se estrutura a partir da contribuição de autores que questionam a neutralidade científica, a normatividade espacial e a cisheteronormatividade presente nas práticas geográficas. Esses estudos desafiam a concepção tradicional de espaço como mero suporte físico ou cenário da vida social, propondo sua análise como construção social permeada por relações de poder, afetos, desejos e violências.

Entre os conceitos fundamentais está a heteronormatividade, que se refere à suposição de que a heterossexualidade é a norma natural e universal da sexualidade humana (Warner, 1991). Esse conceito é chave para compreender como os espaços — públicos, privados, escolares, religiosos — são organizados a partir de padrões de gênero e desejo que excluem ou marginalizam vivências dissidentes.

Outro conceito central é o de performatividade de gênero, cunhado por Butler (1990), que propõe que o gênero não é algo essencial ou estático, mas um ato reiterativo e situado, realizado por meio de práticas corporais, sociais e discursivas. Ao ser incorporado à Geografia, esse conceito permite interpretar o espaço como palco da performance das identidades, onde se (re)produzem e se regulam corpos e modos de viver.

Na Geografia brasileira, Silva (2009) trabalha com a noção de espacialidades desviantes, explorando como sujeitos LGBTQIAPN+ ocupam, tencionam ou são expulsos de determinados territórios. Para Silva (2009), o espaço não é neutro: ele é construído por práticas de exclusão e resistência, sendo atravessado por desigualdades estruturais e simbólicas.

Moreira (2021), aprofunda essa abordagem ao discutir o currículo escolar como território de disputa, destacando que o silêncio em torno das sexualidades dissidentes é também uma forma de violência. Ao problematizar a ausência de referências LGBTQIAPN+ nos conteúdos de Geografia, o autor propõe uma Geografia Queer, comprometida com a visibilidade, a desconstrução dos binarismos e a crítica à lógica normalizadora da escola.

Além (2023), contribui com a noção de estranhamento pedagógico, um conceito que aponta para o desconforto e as tensões que emergem quando a sexualidade é trazida para o debate escolar. Para ele, esse estranhamento não deve ser evitado, mas compreendido como um ponto de partida para a transformação da prática docente e da formação cidadã.

A interseccionalidade também se destaca como categoria essencial nesse campo. Derivada dos estudos de Crenshaw (1989), e incorporada na Geografia por autoras como Silva (2009) e Valentine (1995), ela permite compreender que as opressões vividas por sujeitos LGBTQIAPN+

são atravessadas por outros marcadores sociais, como raça, classe social, religião e território. Assim, a Geografia das Sexualidades não se limita a discutir “apenas” o desejo ou a identidade, mas busca compreender os múltiplos atravessamentos que produzem desigualdades espaciais.

Esses autores e conceitos operam no sentido de desconstruir uma Geografia “neutra”, “objetiva” e “universal”, propondo uma ciência mais sensível às diferenças, atenta às experiências corporais e aberta à pluralidade dos modos de habitar, sentir e reivindicar o espaço.

A comunidade LGBTQIAPN+ e o currículo de Geografia escolar

O currículo escolar é mais do que um conjunto de conteúdos organizados em componentes curriculares: trata-se de um espaço simbólico e político, atravessado por disputas, seleções, silenciamentos e resistências. Louro (1997), destaca que a escola ensina não apenas saberes disciplinares, mas também normas de conduta, modos de existir e padrões de reconhecimento, sendo, portanto, um dos principais espaços de regulação das identidades de gênero e sexualidade.

No campo da Geografia, essa constatação ganha contornos específicos. Historicamente marcada por uma tradição positivista e descritiva, a Geografia escolar teve dificuldades em incorporar debates considerados “sensíveis”, como os relacionados às identidades LGBTQIAPN+. Dessa forma, reprodução de um currículo neutro, focado em fenômenos físicos ou econômicos, contribuiu para a marginalização de temas como diversidade sexual e de gênero, mesmo após o reconhecimento legal da importância desses debates nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (Brasil, 2015) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017).

De acordo com Penna (2021), o currículo é um dispositivo de poder que atua tanto pela presença quanto pela ausência de determinados temas. No caso das sexualidades dissidentes, a ausência curricular também é um ato pedagógico: o silenciamento opera como forma de exclusão simbólica, negando a existência de corpos e experiências que não se encaixam na lógica cisheteronormativa.

Na Geografia, autores como Moreira (2021) e Além (2023), apontam que o currículo ainda carrega marcas de um projeto escolar conservador, que evita o enfrentamento direto das desigualdades de gênero e sexualidade. Esses autores defendem a necessidade de “queerizar” o currículo, ou seja, romper com as lógicas lineares e normalizadoras, inserindo experiências LGBTQIAPN+ como parte legítima do debate sobre o espaço, o território e as territorialidades.

A BNCC, mesmo trazendo orientações sobre diversidade e inclusão, menciona de forma vaga e genérica os temas relacionados à sexualidade (Brasil, 2017). Quando aparecem, são muitas

vezes diluídos sob o rótulo de “respeito às diferenças” ou “valorização da diversidade”, sem enfrentamento direto das violências estruturais sofridas por pessoas LGBTQIAPN+. Segundo Miskolci (2012), esse tipo de abordagem evita o conflito político e transforma a sexualidade em um elemento “tolerável”, desde que não perturbe a norma.

No contexto da Geografia escolar, essa postura tem implicações diretas na formação dos sujeitos. Os currículos que não problematizam as desigualdades espaciais associadas à sexualidade reforçam a invisibilidade e dificultam a construção de uma cidadania plena para estudantes LGBTQIAPN+. Como observa Dourado (2018), a escola precisa se constituir como um espaço de acolhimento e afirmação da diversidade, pois a exclusão escolar é um dos fatores que mais contribui para a vulnerabilidade dessa população.

A ausência de debates sobre sexualidade compromete não apenas a formação cidadã, mas também o potencial da disciplina de interpretar criticamente os territórios. Como defendem Vieira e Santos (2022), uma Geografia que ignora os sujeitos LGBTQIAPN+ reproduz uma lógica espacial excludente, que invisibiliza vivências urbanas, práticas cotidianas e territorialidades afetivas que não se encaixam nas normas dominantes. Assim, inserir a diversidade sexual no currículo geográfico é também afirmar que os sujeitos não normativos participam da produção e do uso do espaço e, portanto, devem ser reconhecidos enquanto agentes espaciais legítimos.

Nesse sentido, o currículo deve ser entendido como um campo de disputa simbólica. Conforme Silva (1999), “o currículo não é neutro nem técnico, mas sim político e ideológico”. Isso significa que o que é ensinado — e o que é excluído — comunica valores e delimita fronteiras sociais. No caso da Geografia escolar, essas escolhas refletem o quanto a disciplina ainda está enraizada em uma racionalidade moderna e normativa, que precisa ser urgentemente desconstruída para que o ensino geográfico cumpra sua função social de inclusão, crítica e emancipação.

Portanto, debater sexualidade e currículo na Geografia não se trata de um “acréscimo” temático, mas de uma revisão crítica da própria função social da disciplina. Trata-se de reconhecer que o espaço geográfico é produzido por sujeitos diversos, com múltiplas formas de existir, desejar e ocupar o território. E que, diante disso, o currículo precisa se reconfigurar como instrumento de transformação e não de reprodução de exclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, são apresentados os estudos analisados em formato de artigos científicos publicados nas principais revistas geográficas, abordando a temática sobre LGBTQIAPN+ no Currículo de Geografia. Para realizar o estudo da arte foram selecionadas as principais revistas geográficas em formato *online*, as escolhas se deram pelo nível de avaliação da qualis periódicos – Plataforma Sucupira.

O Quadro 1 apresenta a quantidade de artigos publicados sobre a temática LGBTQIAPN+ nos currículos de Geografia, este dado é importante para analisarmos em que frequência esses estudos estão sendo feitos, ou que tipo de visibilidade essa discussão se apresenta para os professores e pesquisadores de Geografia. Além disso, permitiu identificar lacunas e potencialidades na produção acadêmica voltada à diversidade sexual e de gênero no campo da educação geográfica.

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos publicados sobre o debate LGBT+ nos currículos de Geografia

Revistas Geográficas	Quantidade Publicações com a temática
Revista Brasileira de Educação em Geografia	0 publicações
Revista Geosaberes	0 publicações
Revista Signos Geográficos	0 publicações
Revista Giramundo	0 publicações
PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia	0 publicações
Revista Ensino de Geografia (Recife)	0 publicações
Boletim Goiano de Geografia	0 publicações
Geografia Ensino e Pesquisa (UFSM)	2 publicações

Fonte: Os autores (2024).

Conforme supracitado, o quadro 1 apresenta a quantidade de trabalhos publicados sobre o debate LGBTQIAPN+ nos currículos de Geografia em diferentes revistas geográficas. Observa-se uma notável ausência de publicações nas Revistas Brasileira de Educação em

Geografia, Geosaberes, Signos Geográficos, Giramundo, PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, Revista Ensino de Geografia (Recife), Boletim Goiano de Geografia. Essa lacuna sugere uma sub-representação da temática LGBTQIAPN+ nessas publicações especializadas, e pode indicar uma possível falta de abordagem ou interesse por parte dessas revistas em incorporar discussões acerca desse debate específico.

Essa ausência não é um dado isolado, mas um sintoma de um problema estrutural na produção acadêmica da área. A invisibilidade das temáticas LGBTQIAPN+ nas revistas científicas reflete e reforça o silenciamento presente no currículo escolar. Como discutido por Moreira (2021) e Além (2023), o não enfrentamento direto das questões de gênero e sexualidade na Geografia escolar é reproduzido também na academia, o que contribui para a manutenção de uma Geografia escolar normativa, cisheterocentrada e despolitizada.

Além disso, o dado quantitativo revela a urgência de se problematizar o que se considera como objeto legítimo de pesquisa geográfica. Por que temas ligados à sexualidade e identidade de gênero ainda são considerados marginais ou periféricos na produção acadêmica? Conforme Louro (2008), o currículo, inclusive o acadêmico, é construído por escolhas, e o que não é escolhido comunica tanto quanto aquilo que é.

Essa lacuna nas revistas analisadas também pode ser interpretada como reflexo do conservadorismo que, em muitos contextos, ainda marca o ensino de Geografia. A ausência de publicações não implica a inexistência de experiências ou práticas em sala de aula voltadas à diversidade sexual, mas sim uma falta de sistematização e valorização dessas iniciativas no meio acadêmico. Isso abre espaço para uma agenda de pesquisa comprometida com a visibilidade das vozes dissidentes e com o enfrentamento das desigualdades presentes nas políticas curriculares e educacionais.

A seguir, analisam-se as duas publicações encontradas na revista Geografia: Ensino e Pesquisa, buscando compreender os enfoques adotados, seus recortes temáticos e as contribuições (ou limitações) que oferecem para o debate sobre o currículo da Geografia e a comunidade LGBTQIAPN+ (Quadro 2).

Quadro 2 - O debate LGBTQIAPN+ no Currículo de Geografia nas publicações da revista Geografia Ensino e Pesquisa (UFSM)

Título do trabalho	Abordagem
Espacialidades, ‘Mistanásia’ de travestis e pessoas transexuais e a criminalização da homotransfobia	Homotransfobia, transgeneridade e espacialidades
O ensino de Geografia como meio de leitura crítica na realidade: um estudo a partir das práticas do estágio supervisionado em Geografia	Formação de professores, estágio supervisionado

Fonte: Os autores (2024).

O Quadro 2 apresenta duas publicações da revista Geografia Ensino e Pesquisa (UFSM) que podem ser visualizadas ao pesquisar sobre o debate LGBTQIAPN+ no currículo de Geografia, cada uma abordando perspectivas distintas.

As duas publicações encontradas na revista abordam de formas distintas a temática LGBTQIAPN+ no campo educacional, revelando aproximações relevantes, embora ainda pontuais, com o currículo da Geografia. O primeiro estudo, intitulado “Espacialidades, mistanásia de travestis e pessoas transexuais e a criminalização da homotransfobia”, de Santos, Ornat e Carbonar (2021), realiza uma análise qualitativa com base em entrevistas com vinte pessoas trans que vivenciaram o ambiente universitário no Sul do Brasil.

O artigo evidencia como a transfobia se manifesta de forma estrutural nos espaços educacionais, sendo responsável por experiências de exclusão e morte simbólica — o que os autores definem como mistanásia. Embora o foco da pesquisa não esteja centrado no currículo escolar da disciplina de Geografia, a reflexão apresentada oferece importantes subsídios para pensar uma Geografia das Sexualidades que inclua sujeitos historicamente marginalizados.

O texto contribui para a discussão proposta neste artigo ao evidenciar que a produção do espaço educacional é atravessada por normas de gênero e sexualidade que afetam diretamente a vivência de pessoas LGBTQIAPN+, reforçando a necessidade de tensionar essas estruturas também na Educação Básica.

O segundo artigo, “O ensino de Geografia como meio de leitura crítica da realidade: um estudo a partir das práticas do estágio supervisionado”, de Leitão, Oliveira e Nascimento (2021), parte da análise das experiências de doze licenciandos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) durante o estágio supervisionado em escolas públicas e privadas da região metropolitana de Fortaleza. A investigação busca compreender como os futuros docentes compreendem e aplicam metodologias voltadas para uma leitura crítica da realidade.

A abordagem é qualitativa e baseada em entrevistas com os estagiários, dialogando parcialmente com os objetivos deste artigo. O estudo menciona diversas problemáticas sociais — incluindo a LGBTfobia — como parte da realidade escolar que precisa ser enfrentada pelo ensino de Geografia. No entanto, o debate sobre gênero e sexualidade não é o foco central da análise, sendo abordado de forma periférica.

A discussão sobre currículo aparece mais como crítica à rigidez das propostas oficiais e ao tecnicismo das avaliações em larga escala do que como uma análise direta da inserção de temas LGBTQIAPN+ nos conteúdos da Geografia escolar. Considerando a metodologia adotada neste artigo — um estudo da arte com abordagem qualitativa e foco nas publicações acadêmicas que dialogam com o currículo da Geografia e a temática LGBTQIAPN+ — observa-se que ambos os estudos analisados apresentam contribuições importantes, mas ainda incipientes.

Nenhum dos trabalhos tem como objetivo principal discutir o currículo da Geografia a partir da perspectiva LGBTQIAPN+, o que evidencia uma lacuna significativa na produção científica da área. Essa constatação reforça a relevância deste estudo, que busca sistematizar e tornar visível um campo de pesquisa ainda silenciado, abrindo espaço para novas investigações que contribuam para a construção de um currículo geográfico mais inclusivo, crítico e sensível às diferenças.

Diante da análise realizada, constata-se que a presença da temática LGBTQIAPN+ nas publicações acadêmicas da área de Geografia ainda é extremamente limitada. A partir da metodologia adotada, que consistiu na análise de revistas científicas relevantes para o campo do ensino de Geografia, foi possível identificar apenas dois estudos que se aproximam do debate proposto.

Embora ambos apresentem contribuições relevantes, seja ao discutir as violências enfrentadas por pessoas trans nos espaços educacionais, seja ao reconhecer a LGBTfobia como uma das problemáticas que atravessam a prática docente, nenhuma das publicações aborda diretamente a inserção da temática LGBTQIAPN+ no currículo da Geografia de maneira sistematizada e explícita.

Isso reforça a existência de um silenciamento estrutural sobre essas questões, tanto no espaço escolar quanto na produção científica da área, e aponta para a necessidade de novas investigações que contribuam para romper com a lógica cisheteronormativa ainda vigente no ensino de Geografia. A seguir, apresentam-se as considerações finais deste estudo, retomando os principais achados e sugerindo possíveis caminhos para uma prática curricular mais inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como enfoque investigar como a temática LGBTQIAPN+ tem sido abordada nas produções acadêmicas sobre o currículo da Geografia escolar, a partir de um estudo da arte em revistas científicas da área. Diante da escassez de trabalhos publicados sobre o tema, foi possível perceber que ainda há uma grande lacuna na produção geográfica relacionada às questões de gênero, sexualidade e diversidade, especialmente no que se refere à sua inserção curricular no ensino básico.

A análise realizada demonstra que, entre as oito revistas selecionadas, apenas uma apresentou publicações minimamente relacionadas ao tema central desta pesquisa no contexto do ensino de Geografia. Ainda assim, as duas publicações encontradas abordam a temática de forma tangencial e superficial.

Nenhuma delas se dedica diretamente à análise do currículo de Geografia a partir de uma perspectiva *queer* ou interseccional, o que evidencia o quanto esse debate ainda é marginalizado no campo educacional geográfico, seja no ensino superior ou na Educação Básica. Essa invisibilidade não pode ser compreendida como um dado neutro. Ao contrário, ela revela o silenciamento estrutural da diversidade sexual e de gênero nos espaços escolares e acadêmicos, reforçando uma Geografia escolar cisheteronormativa, conteudista e desarticulada das experiências dos sujeitos LGBTQIAPN+.

Em um momento em que os discursos de ódio, a censura e o negacionismo têm ganhado espaço nas esferas políticas e educacionais, torna-se urgente repensar o currículo como um território de disputa e resistência. Como discutido ao longo deste artigo, a Geografia das Sexualidades e a Geografia Queer oferecem bases teóricas e epistemológicas fundamentais para tensionar o ensino geográfico e construir uma proposta curricular mais inclusiva, crítica e comprometida com os direitos humanos.

Incorporar essas perspectivas na prática docente e na formação de professores é essencial para garantir que a escola seja um espaço de acolhimento, diálogo e emancipação. Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar o debate sobre o ensino de Geografia e a inclusão de temáticas LGBTQIAPN+ no currículo escolar de Geografia. Além disso, que incentive outros trabalhos a explorarem essa temática a partir de diferentes recortes, territórios e práticas, fomentando um campo ainda incipiente, mas absolutamente necessário.

REFERÊNCIAS

ALÉM, Yuri Gabriel Vieira. **Geografias das sexualidades:** desafios e estranhamentos no contexto escolar. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5511>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BELL, David; VALENTINE, Gill. **Mapping Desire:** Geographies of Sexualities. London: Routledge, 1995.

BRASIL. **Constituição da Republica do Brasil de 1988.** Dos princípios fundamentais. Brasília: Vide Ementa Constitucional, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília: DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Orientação Sexual/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble.** New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade:** ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and Sex. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DOURADO, Inês. Diversidade sexual e saúde: desafios para a equidade. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 42, n. 118, ju./set. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MOREIRA, Carlos André Gayer. **Geografias queer & currículo:** Por Uma Educação Geográfica Fora do Armário!. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/218112>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria. (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1. ed. Ponta Grossa: Toda palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 11, p. 395–413, 1993.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Caderno de pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

VIDICA, Letícia. LGBTFobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é. **CNN Plural**, São Paulo, p. 1-2, 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

WARNER, Michael. Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

Submetido em: 25 de abr de 2025.

Aprovado em: 04 de jun de 2025.

Publicado em: 30 de ago de 2025.